



Resposta à interpelação escrita apresentada pelo Sr. Deputado à Assembleia Legislativa, Che Sai Wang

Em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo, e tendo em consideração os pareceres dos Serviços de Saúde (SS) e da Autoridade de Aviação Civil (AACM), apresento a seguinte resposta à interpelação escrita do Sr. Deputado Che Sai Wang, de 3 de Janeiro de 2025, enviada a coberto do ofício da Assembleia Legislativa n.º 056/E51/VII/GPAL/2025, de 16 de Janeiro de 2025, e recebida pelo Gabinete do Chefe do Executivo, em 17 de Janeiro de 2025:

1. Quanto aos terrenos concedidos e aos terrenos privados, os concessionários e proprietários têm o dever de salvaguardar a sua segurança e higiene. A Direcção dos Serviços de Solos e Construção Urbana (DSSCU) procederá, dentro das suas competências, ao acompanhamento das queixas recebidas. No que concerne à salubridade ambiental dos terrenos do Estado não concedidos ou recuperados, a DSSCU colabora com os serviços competentes para discutir em conjunto e proceder ao devido tratamento. Durante as acções regulares de fiscalização, os fiscais da DSSCU prestam também atenção às condições sanitárias dos terrenos do Estado. Caso se verifique que as condições de higiene constituem ameaça para a segurança pública, a DSSCU procederá à limpeza, com vista a garantir a salubridade do ambiente do terreno.

Os SS salientaram que de acordo com a Lei Orgânica dos Serviços de Saúde e a Lei de Prevenção, Controlo e Tratamento de Doenças Transmissíveis em vigor, foi estabelecido um mecanismo com o Instituto para os Assuntos Municipais e a DSSCU, entre outros serviços competentes, para responder e tratar, em conjunto, as questões de salubridade pública. Relativamente às questões de saúde pública dos terrenos e estaleiros de obras desaproveitados, se forem lotes



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
土地工務局
Direcção dos Serviços de Solos e Construção Urbana

(譯本 Tradução)

de terreno sob a jurisdição da DSSCU, os SS irão encaminhar os respectivos casos para os serviços competentes, para efeitos de coordenação e acompanhamento, conforme o mecanismo estabelecido. Quanto a outros lotes de terreno, os SS exigirão que o respectivo proprietário ou responsável proceda ao devido tratamento. Além disso, os SS têm vindo a efectuar regularmente acções de prevenção e controlo, incluindo a inspecção e pulverização de insecticidas nos estaleiros de obras abandonados, estabelecimentos de sucatas de veículos, esgotos de ruas e outros pontos críticos com más condições de higiene, bem como a detecção e o tratamento atempado das fontes de proliferação de mosquitos, conjugando esforços para eliminar potenciais riscos para a saúde pública. Em 2024, foram realizadas mais de 11.800 inspecções e 2.300 eliminações de mosquitos.

2. Quanto aos terrenos do Estado recuperados, a DSSCU procederá ao seu planeamento e aproveitamento adequados, em conformidade com a Lei do Planeamento Urbanístico e o Plano Director da Região Administrativa de Macau (2020-2040), e em articulação com o respectivo plano de pormenor. Caso os serviços ou entidades competentes apresentem pedidos de aproveitamento provisório do terreno, o Governo da RAEM realizará uma apreciação e estudo abrangentes, e se for considerado que existem razões de interesse público que o justifiquem, será atribuída uma finalidade provisória à parte do terreno.
3. A DSSCU instala vedações metálicas nos terrenos do Estado para prevenir que sejam ocupados ilegalmente. Nos últimos anos, foram adquiridas aeronaves não tripuladas (*drones*) para auxiliar nos trabalhos de fiscalização. Contudo, por motivos de protecção da privacidade pessoal, a fiscalização periódica é principalmente efectuada por pessoal da DSSCU. Nos termos da Lei de Terras, a multa máxima para quem ocupar ilegalmente terrenos do Estado é de 3 000



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
土地工務局
Direcção dos Serviços de Solos e Construção Urbana

(譯本 Tradução)

000 patacas. Os residentes que detectem suspeitas de ocupação ilegal nos terrenos do Estado podem comunicá-las à DSSCU.

A AACM salientou que, na apreciação dos pedidos de autorização de actividades de voo com aeronaves não tripuladas, realiza uma avaliação abrangente com base em vários factores chave, tais como o local de voo, horário, modelo e peso da aeronave, colaborando com os requerentes, na medida do possível, para que possam desenvolver os seus trabalhos utilizando meios tecnológicos de baixo custo e alta eficiência, a fim de reduzir a pressão sobre os recursos humanos tradicionalmente envolvidos em patrulhamento e inspecção, e aumentar a precisão no controlo e gestão. Os pedidos de autorização de actividades de voo com aeronaves não tripuladas aprovados nos últimos anos abrangem várias áreas, incluindo o registo e a inspecção de obras de construção.

O Director,
Lai Weng Leong
5 de Fevereiro de 2025